



## A (IN) VISIBILIDADE DAS MULHERES NEGRAS NO CONTEXTO DO TURISMO PARA FINS SEXUAIS EM FORTALEZA

Leilane Silva Cavalcante<sup>1</sup>

### RESUMO:

As reflexões tecidas neste artigo visam explicar acerca das desigualdades de gênero e étnico-racial e sua interface no contexto do turismo para fins sexuais em Fortaleza.

**PALAVRAS-CHAVE:** Gênero; Raça/Etnia; Turismo para fins sexuais.

### ABSTRACT:

The reflections made in this article aim to explain about the inequalities of gender and racial-ethnic and its interface within tourism for sexual purposes in Fortaleza.

**KEYWORDS:** Gender; Race / Ethnicity; Tourism for sexual purposes.

---

<sup>1</sup> Estudante. Universidade Estadual do Ceará (UECE). Email: leilane.scavalcante@gmail.com.



## 1. INTRODUÇÃO

Afirma-se de forma consistente que o Brasil tornou-se uma das rotas preferenciais do turismo sexual no mundo a partir da década de 1990, com a intensificação dos vôos internacionais para a América do Sul, fomentando este fenômeno, especialmente em países como o México, Cuba e Brasil (PISCITELLI, 2006).

Para Piscitelli (2008), o nordeste brasileiro emerge como um novo destino marcado por uma “singular combinação entre uma suposta autenticidade, a atribuição de uma imensa disposição para o sexo sintetizada na cor atribuída às nativas e uma submissão, [...] percebida como alegre e ativa” (PISCITELLI, 2008).

A prostituição e a exploração sexual comercial são as principais atividades comercializadas no turismo para fins sexuais. No entanto, tal fenômeno caracteriza-se por sua complexidade e está associado diretamente à diversos tipos de violências nele imbricadas.

## 2. AS RELAÇÕES DE GÊNERO E ÉTNICO-RACIAIS E SUA INTERFACE COM O TURISMO SEXUAL

Munanga (2003) afirma que o conceito de raça nos remete à uma referência temporal e espacial. Frente ao latino medieval, tal conceito passou a assinalar um grupo de pessoas que possuíam ancestrais comuns e que, por isso, possuíam características semelhantes. Sinalizando um pouco do contexto histórico de emergência dessa nomenclatura, o autor aponta que:

Etmologicamente, o conceito de raça veio do italiano *razza*, que por sua vez veio do latim *ratio*, que significa sorte, categoria, espécie. Na história das ciências naturais, o conceito de raça foi primeiramente usado na Zoologia e na Botânica para classificar as espécies animais e vegetais (2003, p. 1).

Será apenas ao longo do século XX que a biologia irá descartar, definitivamente, a possibilidade de existência de “raças”, após inúmeras constatações científicas que as diferenças humanas são ínfimas, existindo, pois, apenas uma raça: a humana<sup>2</sup>.

<sup>2</sup> Isso ocorrerá no contexto posterior a Segunda Guerra Mundial e com o apoio institucional da UNESCO, onde se tentou deslocar a importância biológica do termo raça, limitando-o a um conceito taxonômico e meramente estatístico. “Compostos de cientistas sociais e geneticistas, os encontros chegavam a



Porém, a assertiva de que não existem raças humanas não nega o fato de que exista em nossa sociedade uma determinada “[...] relação racial; em que a “raça” é o substituto do Outro social, funcionando como um deslocamento semântico do outro” (FILHO, 2006, p. 16).

Assim, a nomenclatura “raça”, possui dois sentidos analíticos: o primeiro referenciado pela biologia genética e outro sinalizado pela sociologia.

Frente o sobreposto, é relevante enfatizar que o Movimento Negro, na década de 1970, ressignifica o conceito de raça como:

[...] uma construção social forjada nas tensas relações entre brancos, negros e indígenas. [...] O termo raça usado nesse contexto, [...] tem uma conotação política e é utilizado com freqüência nas relações sociais brasileiras, para informar como determinadas características físicas, como cor da pele, tipo de cabelo, entre outras, influenciam, interferem e até mesmo determina o destino e o lugar social dos sujeitos no interior da sociedade brasileira (NOGUEIRA, FELIPE, TERUYA, 2008, p.4).

Portanto, é o Movimento Negro quem mantém a utilização do conceito de raça, como uma conotação política e sociológica, rechaçando o conceito biológico do mesmo. Isso ocorre para ratificar as diferenças sociais impostas historicamente pelo quesito “cor” que acabam por hierarquizar e delimitar “papéis” na sociedade.

Sobre o exposto, Schwarcz (1998), coloca que:

Raça é, pois, uma construção histórica e social, matéria-prima para o discurso das nacionalidades. Raça, como diz Thomas Sowell, ‘antes de um conceito biológico, é uma realidade social, uma das formas de identificar pessoas em nossa própria mente’. [...] Mas [...] tudo isso não torna o tema uma falsa questão. Ou seja, demonstrar as limitações do conceito biológico, desconstruir o seu significado histórico, não leva a abrir mão de suas implicações sociais (p.184).

Assim, faz-se necessário desmistificar a democracia racial instaurada na sociedade brasileira e se pretende sinalizar o “racismo cordial” que aqui se apresenta:

De um lado, o racismo persiste enquanto fenômeno social, justificado ou não por fundamentos biológicos. De outro, no caso brasileiro, a mestiçagem e a aposta no branqueamento da população geraram um racismo à la brasileira, que percebe antes colorações do que raças, que admite a discriminação apenas na esfera privada e difunde a universalidade das leis, que impõe a desigualdade nas condições de vida mas é assimilacionista no plano da cultura. É por isso mesmo que no país seguem-se muito mais as

---

conclusões quase culpadas acerca do assunto ao admitir que o fenótipo era apenas um pretexto físico e empírico” (SCHWARCZ, 1998, p. 183).



marcas de aparência física, que, por sua vez, integram status e condição social, do que regras físicas ou delimitações geracionais (SCHWARCZ, 1998, p. 184).

Ainda de acordo com o pensamento de Schwarcz, o preconceito<sup>3</sup> e a discriminação racial, apresentam-se na sociedade brasileira, ainda que perante o ideal da democracia racial:

[...] ninguém nega que exista racismo no Brasil, mas sua prática é sempre atribuída a “outro” [...] o difícil é admitir a discriminação e não o ato de discriminar. Além disso, o problema parece ser o de afirmar oficialmente o preconceito, e não o de reconhecê-lo na intimidade. Tudo isso indica que estamos diante de um tipo particular de racismo, um racismo silencioso e sem cara que se esconde por trás de uma suposta garantia da universalidade e da igualdade das leis, e que lança para o terreno do privado o jogo da discriminação (idem.)

Percebe-se, entretanto, que quando se é feito, perante tal contexto, um recorte de gênero, a problemática se amplia de forma dupla: é manifestada não somente através do racismo, mas também pelo machismo e sexismo enraizado historicamente em nossa sociedade.

Desta forma, ao passo em que as desigualdades de gênero marcam as relações entre homens e mulheres, estudos acerca das relações raciais no Brasil destacam que existem, de igual forma, hierarquias entre negros e brancos. Isto é, ainda que as dicotomias estabelecidas entre homens e mulheres, negros e brancos, sejam marcadas por relações desiguais, quando raça e gênero se entrecruzam, mulheres negras compartilham graus de desigualdades ainda maiores. Historicamente, estão sujeitas a uma dupla discriminação relacionada ao sexo e a raça (EUCLÍDES, FIÚZA E PINTO, et al, 2011).

Assim, por mais de três séculos, durante o tráfico de africanos para o Brasil, os portugueses mantinham sobre os colonizados o exercício de dominação e exploração. Os corpos dos nativos e escravizados eram visualizados como “coisas”, objetos que deveriam obedecer e se submeterem a tudo para a satisfação total de seu “dono”.

Ao contextualizar todo esse cenário de exploração, opressão e dominação,

---

<sup>3</sup> “Definia-se preconceito, geralmente, a partir da experiência americana de preconceito — ponto de vista que pode ser aprofundado pela consulta a Blumer (1939, 1958). A idéia básica de Blumer é que o preconceito existe como uma reação emocional de um grupo racial (o branco) que se sente ameaçado por outro (o negro) na competição por recursos em uma ordem igualitária (democrática)” (GUIMARÃES, 2003, p. 101).



Madeira (2008, p. 6) expõe:

Senhores e senhoras brancas podiam manifestar livremente agressiva luxúria sobre as negras, abusaram sexualmente, estupraram meninas e adolescentes negras [...]. Homens brancos engravidaram as negras, aumentando peças no rico negócio do tráfico [...]. Era também aprovada a antecipação sexual dos filhos dos senhores com as meninas negras, conformando uma relação de violência sexual e não como se acostumou apregoar ao longo dos séculos uma relação romântica.

Seguindo a mesma reflexão da autora acima e ao discorrer sobre as representações relacionadas ao corpo das mulheres negras em um contexto histórico, Nogueira (1999), sinaliza que:

Seu corpo, historicamente destituído de sua condição humana, coisificado, alimentava toda sorte de perversidade sexual que tinham seus senhores. Nesta condição eram desejadas, pois satisfaziam o apetite sexual dos senhores e eram por eles repudiadas pois as viam como criaturas repulsivas e descontroladas sexualmente. Não podiam, pela condição de mercadoria, se vincularem afetivamente, apenas funcionavam como máquinas reprodutoras. [...] Isto é, a mulher negra é historicamente desinvestida de qualquer possibilidade que a permitisse exercer sua feminilidade (p.44).

Tais características incitaram a permanência de estigmas e esterótipos demarcados pelo machismo e sexismo em nossa sociedade: a concepção da hipererotização e da sexualidade exacerbada das mulheres negras, onde seus corpos são fetichizados e enraizados em imaginários sexualizados.

Conforme Carneiro (2001), os fragmentos das relações estabelecidas historicamente, repercutem até a contemporaneidade na vida dessas mulheres:

O que poderia ser considerado como história ou reminiscências do período colonial permanece, entretanto, vivo no imaginário social e adquire novos contornos e funções em uma ordem social supostamente democrática, que mantém intactas as relações de gênero segundo a cor ou a raça instituídas no período da escravidão. As mulheres negras tiveram uma experiência histórica diferenciada que o discurso clássico sobre a opressão da mulher não tem reconhecido, assim como não tem dado conta da diferença qualitativa que o efeito da opressão sofrida teve e ainda tem na identidade feminina das mulheres negras (p.1).

Diante do exposto, se é possível inferir que, historicamente, a vida das mulheres negras, é marcada por um duplo preconceito que se multiplica e fomenta novas configurações e (re)significações.

Na contemporaneidade, por exemplo, tais desigualdades nos remete à compreensão da questão social como o complexo sistema de contradições intrínsecas ao modo de produção capitalista, que se desmembra em diversas desigualdades



sociais, políticas, econômicas e culturais.

Partindo desta concepção, considera-se que a atividade turística para fins sexuais, mantém-se inserida como uma expressão da questão social, pois tal atividade compreende um sistema de relações complexas, contraditórias, dinâmicas e desiguais, onde o uso e imposição do poder, seja este financeiro, ideológico, social e/ou cultural se manifesta de maneira verticalizada, hierarquizando, segmentando e delimitando “papéis” e representações aos diversos atores/sujeitos sociais.

### **3. MULHERES NEGRAS E O TURISMO PARA FINS SEXUAIS EM FORTALEZA**

Para a Organização Mundial do Turismo o turismo sexual é compreendido como um sistema de viagens organizado internamente no setor turístico ou fora dele, e que usa as estruturas e redes do setor com o objetivo primário para a efetivação da relação comercial sexual do turista com os residentes no destino. Determinando, assim, conseqüências sociais e culturais da atividade, especialmente quando exploram diferentes gêneros, etnias, idades, situações econômicas e sociais nas destinações visitadas.

Marquez (2009) complementa que o “turismo sexual” deve ser percebido como um dos efeitos negativos do desenvolvimento desordenado e inconseqüente da atividade turística e enfatiza que tal fenômeno:

[...] não pode ser analisado apenas como um segmento, mas uma das conseqüências do próprio desenvolvimento do turismo, a partir do sistema no qual ele se configura nos mais diversos locais: desordenado, insustentável, efêmero e certamente contextualizado com a lógica de mercantilização de idéias, lugares, pessoas (p.15).

Assim, nota-se que o turismo para fins sexuais é um fenômeno social complexo que envolve diversas determinações e dinâmicas sociais. É necessário elucidar que a atividade turística está envolta em um sistema mais amplo de produção e reprodução das relações sociais e que tal sistema apresenta contraditoriedades internas amplas, objetivas e subjetivas, tais como dimensões de classe, cultura, gênero, raça, sexualidade, entre outros.



Gomes (2009) em “Marketing Turístico e Violência contra as Mulheres: (des)(re)construções do Brasil como Paraíso de Mulatas”, apresenta fatores intrínsecos à discussão do turismo sexual, tais como as relações de gênero e étnico raciais:

No caso do Brasil, [...] identidades de raça, gênero e sexualidade, construídas pelo mercado turístico, para fomentar o imaginário do Brasil como Paraíso das Mulatas, é um dos fatores da exploração sexual comercial no turismo (GOMES, 2008, A). Acrescenta-se ainda que quando o Estado, através de políticas de marketing turístico, constrói discursivamente essa identidade de Paraíso das Mulatas e contribui no estímulo ao turismo sexual isso pode ser considerado como violência institucional (GOMES, 2009, p. 26).

Madeira (2011) enfatiza que o Brasil se destaca como uma das principais rotas do turismo sexual, no qual meninas, jovens e mulheres negras, predominantemente das regiões norte e nordeste, são os principais alvos dessa problemática:

O elemento mais forte que constitui essa propaganda sexual acerca da mulher negra é a manipulação da identidade étnica e racial dessas mulheres, uma vez que a mídia reproduz ordenadamente estereótipos e estigmas sobre as mulheres negras, que terminam por causar prejuízos para a afirmação de sua identidade racial e para sua valorização social (p.11).

Agregado a isso, no turismo, o Brasil é mais explorado a partir da imagem do paraíso de mulatas, numa tentativa de fazer com que o turista venha conhecer um “lugar distante das dificuldades e da realidade do cotidiano”, onde se tem fácil acesso ao sexo fácil com mulheres “mulatas”. A exemplo disso, têm-se a intervenção da Embratur que veiculou durante a década de 1980, campanhas publicitárias em países europeus que vinculavam a imagem do país à de mulheres usando biquínis sumários, que possibilitaram, mesmo que de forma indireta, a prática do turismo sexual.

Conforme Marinho (2008) esse contexto, não apenas incentivou aos turistas a buscarem esse paraíso, mas outros personagens desse circuito exploratório também foram impulsionados como agenciadores nacionais e internacionais, aliciadores, igualmente artesões, taxistas, recepcionistas, camareiras, etc. fazem parte do processo de intermediação entre turistas e as mulheres da localidade (MARINHO, 2008).

Piscitelli (2008) ratifica a dimensão da problemática no Brasil e apresenta o perfil das envolvidas no turismo sexual dos países receptores: jovens, mulheres, mestiças, pobres e de países do terceiro mundo. Gomes (2009) acrescenta ainda que:



O Projeto Chame/Neim da UFBA, citado por Theodoro (2007), demonstra que os turistas na Bahia provêm de diversas partes da Europa e são na maioria louros, tendo entre 35/60 anos; enquanto as mulheres e meninas por eles abordadas, são na grande maioria negras, mestiças e jovens entre 18 e 30 anos. Esses dados são importantes para construir a perspectiva teórica que relacione turismo sexual com relações de poder de raça e gênero. Na medida em que consumidores e vítimas têm sua sexualidade construída historicamente, discursiva e performaticamente, em relações de poder, percebe-se a necessidade de analisar essa construção do Brasil como paraíso das mulatas como violência, também na medida em que incentiva o turismo sexual no Brasil (p. 28).

Tal especificidade de gênero e etnia também pode ser notada na cidade de Fortaleza. É o que mostra a pesquisa intitulada “Os Sete Sentimentos Capitais”, onde 53,7% dos narradores pesquisados, adolescentes vítimas de exploração sexual, declararam-se morenas. 23,5% se dizem brancos, enquanto apenas 8,8% se declaram negros. Conforme Helena Damasceno:

É interessante perceber que a maioria se auto-intitula de cor “morena”. Quem se diz negro em nossa sociedade, se expõe aos riscos da discriminação. Ser branco é legítimo, é o normativo sinalizando poder e ascendência. Ser moreno parece estar entre a exclusão e o socialmente aceitável, causa menos danos sociais e morais. Ser negro é quase uma condição no âmbito da invisibilidade social (2008, p.65).

Em relação à questão étnica e aos elementos que motivam turistas à procura de mulheres em Fortaleza, Piscitelli complementa que:

As percepções dos estrangeiros à procura de sexo, em Fortaleza, coincidem em subordinar, através do consumo, a sexualidade nacional. O exótico, delineado na intersecção entre “cor” e sexualidade participa nesse jogo de subordinação. Mas esses estrangeiros estabelecem através da cor, limites nos espaços de exotismo nos quais estão dispostos a transitar (2008, p. 20).

Sobre as condições de vida das mulheres negras no Ceará, Madeira (2011), ressalta que:

O cenário atual das mulheres negras no Ceará demarca a invisibilidade deste segmento, inexistência de referência positiva, fragilidades dos dados estatísticos desta população no Estado, ausência de políticas públicas de ação afirmativas, [...] contexto de autonegação da identidade negra, naturalização da condição de desigualdade, se faz desafiante mobilizar essas mulheres e fortalecer a luta pela consolidação de políticas estruturantes de combate as desigualdades raciais e de gênero (p. 1).

Dessa forma, percebe-se que fenômenos relacionados à prostituição e exploração sexual na atividade turística de Fortaleza, traz consigo, além de elementos econômicos, elementos sociais e culturais marcantes, consequência de uma sociedade patriarcal, sexista, machista e racista de inferiorização das mulheres. A conjugação de sexismo e racismo têm se constituído no grande impedimento para o





desenvolvimento das potencialidades das mulheres negras.

#### 4. CONCLUSÕES

O segmento turístico, ao ser caracterizado por suas complexas relações sociais, também agregou o imaginário construído socialmente acerca das mulheres negras, “mulatas”, como síntese de uma miscigenação sexual e racial, esteriotipada em sinônimos eróticos de submissão, exploração, o que acaba por ratificar processos discriminatórios racistas e sexistas historicamente construídos na sociedade brasileira.

Perante tal problemática, percebe-se que as ações para o combate a discriminação das mulheres negras em Fortaleza, são tímidas, sem visibilidade. Pesquisas e campanhas realizadas para o combate da violência e exploração sexual de pessoas na atividade turística, pouco enfatiza os elementos concretos de subordinação dessas mulheres, havendo um discursos de culpabilização dúbia: ou se culpabilizam as mulheres que vivenciam tal problemática, ou se culpabilizam os turistas que corroboram para tal contexto de violência. Há uma tendência de culpabilização “do outro”, negligenciando, por diversas vezes em totalidade, os elementos culturais, políticos e econômicos inseridos no cotidiano das relações sociais e que fomentam discursos patriarcais, sexistas e racistas.

#### 5. REFERÊNCIAS

CARNEIRO, Sueli. **Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero**. Disponível em: <http://www.unifem.org.br/sites/700/710/00000690.pdf>. Acesso em 10 de outubro de 2012.

DIÓGENES, Glória. **Os Sete Sentimentos Capitais: Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes**. São Paulo: Annablume, 2008.



GOMES; Mariana Selister. **Marketing Turístico e Violência contra as Mulheres: (des) (re)construções do Brasil como Paraíso de Mulatas.** Dissertação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul: Porto Alegre, 2009;

MADEIRA, Zelma de Araújo; CAVALCANTE, Leilane Silva; PATRICIO, Carlos Marcelo Silva; ET AL. Condição de vida das mulheres negras em Fortaleza: Reflexões sobre os impactos da discriminação de gênero e étnico-racial. In: **XVII Encontro de Iniciação à Pesquisa.** Anais. Universidade de Fortaleza: Fortaleza, 2011;

MARINHO, Marcela Ferreira. Turismo Sexual: análise dos contextos acerca da teoria da representação social. In: **V Seminário de Pesquisa em Turismo do MERCOSUL (SemintUR).** Anais. Universidade de Caxias do Sul: Caxias do Sul, 2008;

MARQUEZ, Aniele da Silva. **A “invisibilidade” de crianças e adolescentes no contexto do turismo sexual em Salvador.** Dissertação. Universidade Federal da Bahia: Salvador, 2009;

MUNANGA, Kabengele. **O Anti-racismo no Brasil.** In: Kabengele Munanga (org) Estratégias e Políticas de Combate À Discriminação Racial. São Paulo: Edusp, 1996;

PISCITELLI, Adriana. “Sexo tropical”: comentários sobre gênero e “raça” em alguns textos da mídia brasileira. *Cadernos Pagu*, Campinas, n.6/7, p.9-34, 1996.

SCHWARCZ, Lilia Moritz - Nem preto nem branco, muito pelo contrário: cor e raça na intimidade. In: **História da vida privada no Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, Vol. 4, 1998;

SILVA, Tatiana Amaral; ÁVILA, Marco Aurélio. Turismo Sexual e Exploração Sexual infantil: uma análise da atuação do programa sentinela em Ilhéus. In: **Passos**, Vol. 8, nº 1, págs 185 – 193, 2010.